

Fazer história e construir o futuro



Momento de
mobilização e
fortalecimento
da luta

Página 5

Juntos pela reforma política

Página 3

PLEBISCITO POPULAR PELA CONSTITUINTE
VOTE DE 1 A 7 DE SETEMBRO



Aprovada em AG, Apub
adquire sede própria
Página 2



Apub participa de
debate no X Encontro
Nacional do Proifes
Página 4



UFBA já tem resolução
que prevê promoção para
Titular
Página 7

EDITORIAL

Mudanças, alternativas, futuro

No Brasil de hoje todos falam em mudanças. Nas eleições gerais para Presidente, Governadores e parlamentares, situação e oposição defendem continuar com mais mudanças ou mudar com o jeito das oposições. A questão não é mudar. É que mudança fazer. Escolher entre as alternativas concretas que são construídas na história. Este número do jornal mostra as alternativas que a APUB escolheu em vários níveis – na política nacional, na defesa da universidade e dos interesses dos professores ativos e aposentados, no próprio espaço em que a APUB deve funcionar.

Na Política Nacional, a opção foi por fortalecer o poder dos cidadãos e dos trabalhadores contra o uso do poder econômico nas eleições. Por isto, o engajamento na campanha nacional pela Reforma Política e no Plebiscito popular (pág. 3). A campanha e o plebiscito mandarão um recado: a Reforma Política é uma necessidade e será obtida pela pressão popular. Esta mobilização foi apoiada pelos delegados da APUB na Plenária Estadual da CUT e pela professora eleita, pela Plenária Estadual para participar da Plenária Nacional (pág. 6).

A defesa de uma universidade pública, gratuita e de qualidade, para o que são necessárias boas condições de trabalho e futuro para os professores, se explicita na avaliação da expansão das IFES após o REUNI (pág. 6); na defesa de uma carreira estruturada e previsível, inclusive, com percentuais fixos entre níveis e classes (pág. 4); com a promoção para titular (pág. 7); a defesa dos professores do EBTT (pág. 7); a possibilidade de correção do saldo do FGTS (pág.5).

Preparar o futuro é defender os direitos dos aposentados. A aposentadoria deve ser um espaço de liberdade na qual o professor deve ter seu trabalho reconhecido, seu vínculo com os colegas mantido, condição de viver com tranqüilidade. Na Universidade e na associação docente mais antiga do Brasil, os aposentados são grande parte da sua identidade e devem ter absoluta prioridade. A defesa de uma Política dos movimentos docentes para os aposentados e o Encontro dos aposentados são exemplos desta prioridade (pág. 5).

A luta para construir o futuro tem espaços e sedes. Depois de 29 anos em imóvel cedido em comodato pela UFBA, a APUB terá uma sede própria. A Assembleia Geral aprovou a compra e seus critérios. Diretoria, Conselho Fiscal, Comissão de Apoio procuraram. O espaço de encontro, congraçamento, mobilização e luta, que é a sede, será na Rua Aristides Novis, Estrada de São Lázaro (pág. 02).

Plebiscito Nacional e Encontro de Aposentados na capa são duas faces da mesma moeda – a defesa de um futuro melhor.

SINDICATO

Apub terá sede própria ainda nesta gestão



Por Joviniano Neto

Adquirir um casa no entorno do Campus da UFBA, entre Ondina e Campo Grande, com valor que não ultrapassasse 80% de reserva financeira e fosse capaz de abrigar os serviços da APUB-Sindicato. Todos os trâmites de compra acompanhados pelo Conselho Fiscal e por Comissão de Apoio, retirada em Assembleia Geral. Estas foram as decisões da AG realizada em 13 de fevereiro deste ano. Diretoria, Comissão de Apoio e Conselho Fiscal procuraram, acompanharam e encontraram uma casa.

Aos 46 anos, pela primeira vez, a APUB terá uma sede própria, coincidentemente ao lado da Escola Politécnica, cuja reação a ditadura, em 1968, está na origem da sua criação. Ao lado da Escola Politécnica, na Rua Aristides Novis, que leva a São Lázaro (Faculdade de Filosofia e Instituto de Psicologia), vizinha dos Conselhos Regionais de Medicina Veterinária e Psicologia, próxima do Campus de Ondina e do Cane-



la. No local, funcionou a primeira sede do Centro de Referência Loreta Valadares, de apoio a mulheres vítimas da violência. O nome homenageia antiga professora da UFBA que se destacou no combate a Ditadura Militar e na defesa dos direitos das mulheres. A sede atual é também um símbolo de luta contra a Ditadura. Era a sede do Serviço de Informações da UFBA e foi ocupada pela APUB em 1985. Depois de longas negociações chegou-se a um valor razoável (R\$ 1.500,000) para as dimensões do imóvel. A casa tem três andares. Subsolo (rua aberta para a Rua Camilo Torrend): garagens

e depósito. Térreo: jardins, varandas, salas, cozinha, despensa, sanitários, lavabo. Andar superior: 4 salas e 3 sanitários. Esta área maior que a ocupada exclusivamente pela APUB-Sindicato, pode ser bem adaptada para suas novas funções. Mesmo com as despesas para adaptação, o custo ficará abaixo do teto definido pela Assembleia. A casa preencheu todos os critérios. A compra foi concluída em agosto. Antes do final do ano a APUB terá uma nova sede. Com saudades e com o mesmo objetivo da antiga – ser espaço de encontro, congraçamento, mobilização e luta dos professores.

PLEBISCITO POPULAR



Comunidade universitária intensifica a luta pela reforma política

Instituído em 16 de julho, na sede da Apub Sindicato, o Comitê da UFBA do Plebiscito Popular – organizado pela Apub, DCE, APG (Associação dos Pós-Graduandos da UFBA), centros e diretórios acadêmicos e organizações de juventude – foi lançado no último dia 31 de julho, na praça das Artes, em Ondina. O evento contou com aula pública da professora Maria Victória Espinheira (FFCH/UFBA) e programação cultural, com oficinas de capoeira, teatro, turbante e estêncil, além de muita música. Acesse o vídeo da aula no site da Apub.

Para a docente, a instalação do Comitê na universidade é muito importante neste momento que o Brasil atravessa, e a reforma é um dos pontos mais fortes da política nacional atual. “Somente após as mudanças as ‘regras do jogo’ serão mais justas. Mas, para que aconteça, tem que ter muita pressão do povo, de fora para dentro do Congresso. Por que lá ninguém quer es-

sas mudanças”, diz Maria Victória. Por isso, a professora pede que a comunidade UFBA afine o discurso em prol do plebiscito e ajude a divulgar, fortalecendo o movimento.

A reforma política tem como objetivo garantir que a representação seja realmente democrática. Mas, o financiamento privado das campanhas tem corrompido o processo. Isso porque os eleitos têm de retribuir o apoio financeiro. “Assim, já não é mais preciso fraudar o processo eleitoral. Basta governar para os poderosos e gozar das condições favoráveis à eleição e reeleição”, explica Espinheira.

E o plebiscito constituinte é um método de decisão política para tornar a representação mais democrática, sendo uma forma de desbloqueio do legislativo. É a garantia do direito do povo decidir. Por isso, a força popular tem que imperar neste momento, com ampla participação na votação de setembro. É o que vai empurrar o parlamento.

1º a 7 de setembro: Semana da Pátria

Segundo levantamento feito na 14ª PlenaCUT, no final do mês passado, mais de 1000 comitês do Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana sobre o Sistema Político já estão formados em todo o país, visando garantir uma votação maciça durante a Semana da Pátria.

De 1º a 7 de setembro, os movimentos sociais irão às ruas para que os brasileiros respondam se são favoráveis a uma constituinte sobre o sistema político. Na UFBA, as entidades representativas instalarão urnas em todos os campi.

Plenária Nacional

A IV Plenária Nacional, realizada nos dias 9 e 10 de agosto, em São Paulo, reforçou os avanços na construção da Campanha pelo Plebiscito da Constituinte no país e a neces-

sidade da ampliação do debate para garantir ampla participação da população brasileira na votação da Semana da Pátria, bem como reafirmou empenho para o sucesso das ações do dia 12 de agosto: Dia Nacional de Luta pela Constituinte. Participaram 100 delegados de 25 Comitês Estaduais de todo o Brasil, inclusive o da UFBA, representado pela presidente da Apub Sindicato, professora Cláudia Miranda, e os estudantes Júlia Garcia e Vitor Alcântara.

Curso dos mil na Bahia

Ocorreu, no último dia 26 de julho, em Feira de Santana e Vitória da Conquista, o Curso dos Mil, parte das atividades da campanha do Plebiscito Constituinte na Bahia. O objetivo da ação era formar multiplicadores e do Plebiscito Popular.

Faltando menos de dois meses para a votação da Semana da Pátria, participaram cer-

ca de 1.400 pessoas de 73 municípios baianos, das regiões do Portal do Sertão, Recôncavo, Sisal, Bacia do Jacuípe, Chapada Diamantina, Litoral Sul, Médio Rio de Contas, Médio Sudoeste, Sertão Produtivo, Velho Chico e Bacia do Rio Corrente.

Durante as explanações, foram tratados temas como o resgate das lutas, movida principalmente pela juventude; as eleições de outubro próximo, e a luta para impedir o retrocesso. Na oportunidade, foram discutidas também estratégias para o enraizamento da Campanha nas regiões.

Em Salvador, o curso foi realizado em 16 de agosto, na Senzala do Barro Preto, Curuzu bairro da Liberdade, em preparação para a Semana da Pátria. A programação contou com amplo debate sobre a temática, bem como a discussão da organização e planejamento das próximas ações da campanha.



X ENCONTRO NACIONAL DO PROIFES

Apub tem participação intensa nos cinco dias de debate

Entre 31 de julho e 4 de agosto, em Goiânia (GO), os delegados eleitos, observadores e convidados participaram ativamente do 10º Encontro Nacional do Proifres, entidade nacional à qual o Sindicato é filiado. A participação da Apub se concentrou em três eixos: definição de uma política em defesa para os aposentados e da aposentadoria, reestruturação da carreira e campanha salarial; avaliação da expansão das IFES.

Além destas discussões, votou em temas, como a criação da Rede Mulheres, espaço de discussão da atuação realidade do gênero na educação e no meio sindical; lei que assegura a autonomia das universidades; efetiva defesa da implantação do Plano Nacional de Educação, como o direcionamento de 10% do PIB para a área.

Políticas para aposentados

Nessa área, a atuação da Apub ocorreu em dois níveis. Primeiro, a defesa da assunção de uma política nacional para os aposentados. A proposta do Sindicato, apresentada e defendida pelo diretor Social e de Aposentados, Joviniano Neto, autor da tese, inclui oito itens (confira no Box). O documento foi totalmente aprovado, acrescentando-se duas propostas: 1) a realização de um encontro nacional de aposentados entre março e abril de 2015, em Goiás. 2) apoio ao projeto de lei que isenta progressivamente os aposentados do Imposto de Renda.

Outra área de atuação foi relativa ao Funpresp (Fundo de Previdência Complementar dos Servidores Públicos Federais). A discussão foi sobre



como combinar a posição da Apub - de crítica e denúncia do Fundo, de orientação aos professores até a 3ª geração de não aderir e aos da 4ª avaliar com cuidado - com a defesa dos interesses dos cerca de mil professores que já aderiram ao Funpresp.

Nesta circunstância, a Apub propôs - e foi aprovado - que a resolução sobre adesão ao Funpresp fosse antecedida por duas decisões: a reafirmação da defesa dos direitos dos professores à aposentadoria integral e assunção da luta pela elevação do teto do RPGS (Regime Geral de Previdência Social), o dos trabalhadores pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), atualmente em R\$ 4.390,24.

A partir daí, justifica-se o acompanhamento e fiscalização do Funpresp pelo Proifres e demais entidades representativas dos servidores públicos federais.

Reestruturação da Carreira e Salário

Este tema foi um dos mais esperados para discussão entre os delegados. A Apub defendeu veementemente a posição de melhorar a situação salarial pelo início da carreira, evitando grandes saltos entre as classes Adjunto e Associado. A proposta aprovada pelo

conjunto dos delegados reduz essa diferença e leva em consideração o quadro vigente de doutores nas IFES. Também foi defendido pelos delegados da Apub que os índices, para todos os níveis e classes, fossem aumentados, permitindo uma melhor margem para negociação.

Outro dado da proposta é a relação entre o VB para cada regime. Entre os docentes com 40 horas e 20 horas, a relação é de salário 40% maior, enquan-

to a relação entre o VB de um docente em Dedicção Exclusiva e o de 20 horas deve ser de 100% em 2016, de 110% em 2017 e de 120% em 2018.

Após o debate, ficou definido que não serão mais divulgadas aquelas extensas tabelas, mas somente os índices de reajuste pretendidos. Entre os itens da proposta aprovada, a implantação da nova malha salarial, com reajuste dividido em três parcelas (2016, 2017 e 2018).

Foi deliberado que o piso salarial a ser reivindicado deverá ser cerca de, no mínimo, 9% acima do valor que passa a vigorar em março de 2015, última parcela do reajuste atual. O percentual entre as remunerações em níveis subsequentes de uma mesma classe deverá ser de 5%. Entre as classes, 10%. A relação RT/VB proposta é de 10%

para aperfeiçoados, 20% para especialistas, 50% para mestres e 120% para doutores.

Avaliação da expansão das IFES

No Encontro foi apresentado e debatido o calendário de reuniões com o MEC para discutir a expansão das IFES, seus impactos e condições de trabalho.

A programação de reuniões decorreu do encontro com o MEC/Sesu, provocado pela Apub e promovido pelo Proifres em junho. Na reunião, além do detalhamento da pauta de reunião, decidiu-se que cada Sindicato deveria encaminhar dois representantes para a primeira reunião - realizada em agosto. A Apub enviou os professores Antônio Lobo e Leopoldina Menezes (ver página 6).

Política para os aposentados

1. A manutenção dos aposentados na folha de pagamento das universidades - reafirma a unidade da categoria e dificulta tratamento diferenciado. Periodicamente, ressurgem propostas de separar, a guisa de diminuir o "peso" no orçamento das universidades
2. Priorizar a luta pelo fim do desconto previdenciário dos inativos (aprovação da PEC 555) revogando uma medida que é corretamente vista pela população como injusta e ilógica: continuar pagando após ter adquirido o direito de aposentar pelas contribuições feitas
3. Lutar por reajustes do vencimento básicos que além de manter o poder real de compra, eleve sua participação na remuneração total. Quanto mais antigo o aposentado, maior a possibilidade dele não possuir mestrado ou doutorado (muitos nem existiam) e a titulação não deve representar mais do que a função ou nível
4. Incluir na agenda de lutas, o restabelecimento dos anuênios, o que valorizará, dentre os novos (após 1998) professores a experiência e tempo de serviço (vide tese específica);
5. Defesa e garantia das aposentadorias especiais, tanto as já concedidas quanto as a serem obtidas
6. Incentivar a criação, nas IFES, de espaços da presença e atuação dos professores aposentados. Atualmente, apenas alguns professores são incentivados a permanecerem em grupos de pesquisa ou ministrando, gratuitamente, aulas na pós-graduação. Os que desejam receber alguma remuneração são tentados pelas escolas particulares. Sem perder de vista a necessidade de renovação e rejuvenescimento da categoria pelo ingresso de novos, é importante ter espaços onde se possa concretizar a troca de experiências entre gerações
7. Implantar ou valorizar, nos sindicatos dos professores, diretorias e/ou comissões de aposentados, as quais devem funcionar como espaços de encontro, levantamento, canalização de demandas e mobilização
8. Participação, enquanto sindicato, em organizações de aposentados, como o MOSAP

SINDICATO

Encontro dos Professores Aposentados será dia 15 de setembro

Está confirmado o dia 15 de setembro para a realização do Encontro dos Professores Aposentados da Apub, no Hotel Portobello, em Salvador. Os filiados já podem reservar a data na agenda e se preparar para um dia de debates sobre temáticas de interesse do segmento.

Entre os temas em pauta está o esforço sindical para pautar a PEC 555 (Proposta de Emenda Constitucional), que prevê a extinção gradativa da contribuição dos 11% dos inativos. Para discutir o

assunto, a Apub convidou o presidente do Instituto Mosap (Movimento dos Servidores Aposentados e Pensionistas), Edison Guilherme Haubert.

Os deputados federais Alice Portugal e Emiliano José, técnica e professor da UFBA, respectivamente, também foram convidados. O objetivo é que eles se integrem à luta pela aprovação da matéria e acelerem o processo de votação da mesma na Casa Legislativa, em Brasília.

Na ocasião, os docentes também serão atualizados so-



bre a atuação do Sindicato e do Proifes em relação à política para aposentados. Um exemplo é a filiação ao Instituto Mosap, que está lutando até fora do Brasil pela extinção da taxa dos

aposentados. Entre outras demandas, a manutenção do professores aposentado na folha de pagamento do MEC (Ministério da Educação).

A categoria também luta

para que, se houver a inserção de novos níveis ou classe na carreira docente, seja feita na base, e não no ápice. Além da garantia do reenquadramento dos aposentados nas novas classes.

ASSESSORIA JURÍDICA

Nova ação do FGTS

Por Pedro Ferreira

Qualquer pessoa que tenha ou teve saldo de FGTS, a partir de 1999 até os dias atuais, tem direito a ingressar com a ação de revisão do indexador de correção do FGTS.

Atualmente, a Caixa enfrenta cerca de 30 mil ações na Justiça que pedem a correção do FGTS pelo INPC. Em decisão recente, a 2ª Vara Federal de Foz de Iguaçu deu ganho de causa a um trabalhador, aumentando a correção do FGTS em 88%. Segundo os cálculos de especialistas, quem recolheu R\$ 1 mil em 1999, com base na TR iria sacar R\$ 1.340,47 em 2014. Enquanto que, com uma correção pela inflação, o FGTS deveria somar R\$ 2.586,44.

A Assessoria Jurídica da Apub Sindicato está à disposição dos professores interessados em ingressar com ação na Justiça para requerer a revisão na correção dos valores do FGTS. A correção do FGTS é feita pela TR (Taxa de Referência) e, desde 1999, os valores têm sido menores que a inflação. Na ação a ser proposta pelo Sindicato, iremos postular a mudança do indexador de correção das contas, devendo ser utilizado outros índices oficiais, como o INPC ou IPCA.

“Estamos organizando grupos de dez trabalhadores em cada ação que estamos protocolando na Justiça na condição de substituto processual”, explica o advogado Pedro Ferreira.

Os professores associados

que tiverem interesse na ação devem procurar o departamento jurídico com a seguinte documentação: extrato analítico do FGTS (obtido junto à CEF); cópia do CPF, RG, comprovante de residência em nome próprio e do mês atual; cópia de todos os registros em carteira de trabalho desde 1999 e cópia da página da foto da CTPS (frente e verso). A documentação serve para comprovar efetivo exercício em função registrada no período.

Além da documentação, os associados precisam preencher e assinar uma procuração para os advogados do Sindicato ingressarem com a ação; declaração de concordância da ação, bem como um contrato de honorários.

Decisão suspende a execução do processo que pedia anulação do plebiscito de 2008

Por Pedro Ferreira

O Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, através da decisão monocrática do Desembargador Washington Gutemberg Pires Ribeiro, concedeu antecipação de tutela em Ação Rescisória promovida pela APUB – SINDICATO, suspendendo a execução da Ação Declaratória nº 0066600-29.2009.5.05.0032AD.

A mencionada ação foi promovida pelo associado Francisco José Duarte de Santana, em que se postulou a declaração judicial de invalidade das decisões proferidas na Assembléia Geral realizada no dia 4 de setembro de 2008, e, conseqüentemente, nulidade da decisão do plebiscito que deliberou pela desfiliação da APUB junto à Andes.

A Ação Rescisória postulada pela Apub Sindicato, objetiva a desconstituição do Acórdão proferido pela 3ª Turma do TRT da 5ª Região, nos autos do processo da Ação Declaratória.

Pedro Ferreira
Assessoria Jurídica da Apub Sindicato

EDUCAÇÃO

Proifes se reúne com MEC para debater expansão das IFES

Após provocação da Apub Sindicato, o Proifes agendou reunião com a Sesu (Secretaria da Educação Superior) do MEC, para discutir os impactos da expansão das instituições federais de ensino superior, em junho, quando foi definido que aconteceriam cinco reuniões temáticas até dezembro deste ano.

A primeira foi em 15 de agosto último, com tema Pessoal, que tratou, principalmente, da RAP (Relação Aluno Professor). A Sesu esteve representada pela coordenadora geral de Recursos Humanos das IFE, Dulce Tristão, que apresentou os critérios para manter o banco de professores,

dados gerais de legislação e expansão de vagas, a partir de um comparativo de antes e depois do Reuni.

Na oportunidade, os docentes cobraram que critérios de construção do banco, com base na RAP, precisam ser revistos, diante da constatação de que o número de estudante cresceu de forma acelerada, sendo muito maior do que a relação com o número de servidores docentes e técnicos-administrativos.

O Proifes levou para a discussão a proposta de concessão de auxílio de difícil permanência. O professor Antônio Lobo, que representou a Apub na reunião,

junto com a professora Leopoldina Menezes, enfatizou que seria mais eficiente criar uma política de atração e fixação dos novos docentes nos campi do interior. Esta política poderia, por exemplo, prever auxílios transporte e instalação, além de bolsa produtividade voltada para pesquisa inicial aos docentes doutores.

No que se refere à RAP, o MEC acolheu de forma positiva a ideia de considerar as atividades de extensão no cálculo para montar o banco de professor equivalente. Por fim, em relação ao seminário nacional sobre a expansão, o Ministério alegou dificuldade em realizá-lo ainda este ano, encami-



nhando a proposta para 2015.

Pelo calendário, o próximo encontro é dia 19 deste mês e tratará sobre obras e infraestrutura, com destaque para condições mínimas para funcionamento. Em preparação, a Apub se reuniu com os professores no dia 2 de setembro, para discutir os itens da pauta,

como fez para a primeira reunião temática.

As seguintes, de outubro e novembro, respectivamente, abordarão matriz orçamentária, gestão e planejamento; condições de trabalho. A última, que deve ocorrer em dezembro, será uma oficina para conclusão da proposta.

14ª PLENÁRIA NACIONAL DA CUT

Reforma política, conquistas e garantia de direitos dos trabalhadores

Por Celi Zulke Taffarel (FACED/UFBA)

O que estava em jogo na 14ª Plenária Nacional da CUT, realizada no final de julho, em São Paulo, foi o armamento da Central Única dos Trabalhadores para enfrentar o cenário que se abre neste semestre, demarcado por eleições presidenciais, de governadores e parlamentares, tendo como eixo a defesa dos direitos e reivindicações dos trabalhadores, dentro de uma complexa conjuntura internacional. O Plebiscito Constituinte foi o centro, como possibilidade de buscar saídas às questões que estão travadas pela maioria reacionária do Congresso.

Durante a avaliação da análise de conjuntura, destaque para a questão da hegemonia e da estratégia da luta da classe trabalhadora para manter e assegurar conquistas e direitos. Ficou então demonstrado que os principais pontos da política para o próximo período e que a CUT terá que se engajar são os seguintes:

a) a disputa de projetos e a dis-

cussão sobre hegemonia e as próximas eleições presidenciais, para governadores e para o parlamento, com posição clara de defesa dos interesses da classe trabalhadora de assegurar direitos e conquistas e buscar ampliá-los;

b) o enfrentamento da crise estrutural e conjuntura do capital e a busca de alternativas para a classe trabalhadora neste enfrentamento, considerando os impactos sofridos pela classe trabalhadora como, por exemplo, perda de empregos, rebaixamento de salários, retirada de direitos, não investimentos suficientes no setor dos serviços públicos e de infraestrutura do país; atingindo principalmente os setores de serviços públicos, a agricultura em especial a agricultura familiar; a indústria, o comércio e os serviços.

O que os trabalhadores analisaram, discutiram e deliberaram é que as mudanças na política devem, de fato, ocorrer para ampliar as conquistas sociais. Portanto, são reivindicações dos trabalhadores defendidas no in-

terior da CUT: fim do superávit fiscal primário, fim das concessões e privatizações, fim da terceirização, mais investimentos para saúde, educação, transporte e moradia, redução da jornada de trabalho, fim do fator previdenciário, Reforma Agrária, revisão da Lei da Anistia e punição aos crimes da ditadura militar.

A concretização destas reivindicações passa pela mobilização e organização da classe trabalhadora e sua manifestação soberana para mudar a política.

Destaca-se aí a relevância da realização do Plebiscito Popular por uma Constituinte Soberana. A Reforma política foi um dos pontos centrais defendido pelos delegados, que participaram da 14ª PlenaCUT representando as bases, incluindo a Apub Sindicato. O que aponta para a via da democratização nas instituições e na sociedade não é a coordenação de conselhos tripartites com seu vértice no governo de plantão, mas sim uma reforma do sistema político no Brasil.



Dentro deste debate, defendemos sim a Reforma, o plebiscito de setembro, a assembleia constituinte exclusiva. E, especificamente na reforma política, defendemos: um eleitor, um voto, fim do Senado, voto em lista, fim do financiamento empresarial das eleições.

Em defesa das IFES e das IES de SP

Durante a Plenária, foram aprovadas duas moções por unanimidade. Uma em defesa das universidades e institutos federais de ensino superior, que se dirige à presidente Dilma, ao MPOG

(Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão) e ao MEC (Ministério da Educação), para que a pauta protocolada pela categoria junto a estes órgãos seja atendida imediatamente.

A outra é em apoio à luta dos docentes, estudantes e técnicos-administrativos da USP, Unesp e Unicamp em defesa da universidade pública, direcionada ao governador de São Paulo, Geraldo Alckmin e aos reitores das instituições de ensino, para que atendam à pauta unificada da comunidade acadêmica. O documento inclui, em linhas gerais, reposição salarial, autonomia e condições de trabalho.

UFBA

Os professores já podem requerer promoção para Titular

As normas para promoção ao cargo de Professor Titular (Classe E) na carreira de Magistério Superior da UFBA já estão definidas. A Resolução nº 04/2014, que determina as diretrizes, foi aprovada pelo Conselho Universitário (Consuni), no dia 17 de julho passado. A promoção será feita retroativamente a maio, desde quando os docentes já poderiam ter ascendido à última classe da carreira.

Aprovada na íntegra, conforme apresentada na reunião da Comissão de Normas e Resultados, a Resolução nº4/2014 teve acrescentada apenas um item – defendido pela professora Sílvia Leite (Faced), representante docente no Consuni, a pedido da diretoria da Apub: a possibilidade de as bancas de avaliação (defesa de memorial ou tese) serem feitas por vídeo conferência, de acordo com a demanda de cada unidade. Isso facilitará a realização de concursos, que concorrerão com similares que estarão sendo feitos

em todo o Brasil.

Pelas regras, fica assegurada a promoção a Titular ao docente que tiver cumprido os seguintes critérios: tiver cumprido interstício mínimo de 24 meses como professor Associado 4 (Classe D); possuir título de Doutor; for aprovado em processo de Avaliação de Desempenho; obtiver aprovação em Memorial que contemple as atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica e produção profissional ou defesa de tese acadêmica inédita.

A avaliação de desempenho levará em conta o cumprimento das atividades programadas pelo Departamento ou órgão para o docente. Além disso, para que o pedido seja aceito deverá haver comprovação de atuação incluída em atividades e ensino e orientação nos níveis de graduação, mestrado, doutorado, pós-doutorado, e atividades de produção intelectual demons-



trada pela publicação de artigos em periódicos e/ou publicação de livros/capítulos de livros, trabalhos em anais de eventos, registros de patentes e produção artística, demonstrada publicamente.

O docente que preencher os requisitos relacionados pela Resolução, deve formular requeri-

mento de promoção à chefia do departamento ou órgão equivalente e, após reunir todos os documentos comprobatórios, o processo será encaminhado para a Comissão examinadora, para avaliação quanto aos pré-requisitos exigidos.

Segundo estimativa, mais de 140 professores já fazem

jus à promoção, mas não podiam usufruir até então. Para cobrar celeridade no andamento, a diretoria da Apub e professores Associados se reuniram com a Administração Central, que se comprometeu em estudar estratégias para evitar travamentos dos processos.

Apub solicita criação de Banco Equivalente de EBTT ao Prodep

Sem movimentação da UFBA em relação ao decreto 8.260/2014, que prevê a criação de Banco de Professor Equivalente de EBTT, publicado em maio, a Apub Sindicato, através da Assessoria Jurídica, e professoras da Creche da UFBA solicitaram à Prodep (Pró-Reitoria de Desenvolvimento de Pessoal) a criação do mesmo, em audiência realizada em 24 de julho na Pró-Reitoria. Sem o Banco, os docentes não podem ser substituídos, ficando o quadro docente da unidade desfalcado, ou não podem se afastar. De acordo com a Assessoria Jurídica da Apub, somente após a regulamentação dentro da universidade é que o Decreto passa a valer na Instituição.

Diante da cobrança, a Pró-

-Reitoria se comprometeu em fazer processo seletivo, com duas vagas para professores substitutos, urgentemente.

Na Creche UFBA, duas das cinco professoras estão cursando mestrado e doutorado, mas não puderam se afastar das atividades em sala de aula, nem sequer reduzir a carga horária.

As professoras da Creche ressaltaram que algumas estão afastadas por motivos de doença e outra pediu exoneração, e não foram substituídas, o que tem interferido no andamento das atividades na unidade.

No intuito de pressionar a Administração Central por uma regulamentação imediata, a Apub agendou audiência com a Reitora, mas a reunião foi desmarcada.



Eleição de reitores: afirmação da democracia

No dia 21 de agosto, os professores João Carlos Sales de Pires (UFBA) e Renato da Anunciação Filho (IFBA) (foto) tomaram posse como novos reitores da instituições de ensino onde são docentes, no Ministério da Educação (MEC), em Brasília. O ato contou também com as presen-

ças das então reitoras Dora Leal (UFBA) e Aurina Santana (IFBA). A cerimônia de transmissão de cargo no IFBA aconteceu no último dia 28 de agosto, na Reitoria, localizada no Canela. Na UFBA, a passagem oficial para a nova gestão é em 8 de setembro.

João Carlos e Renato foram

vitoriosos nas consultas realizadas pelas nas comunidades acadêmicas das quais fazem parte. A Apub, que abriu espaço em suas publicações para todos os candidatos no período das eleições, comemora a afirmação e vitória da democracia nas instituições federais de ensino superior.

PLENÁRIA NACIONAL

Entidades elaboram carta pelo fortalecimento da educação pública no país

O fortalecimento da educação pública, de qualidade, gratuita, laica, democrática, socialmente referenciada e isenta de quaisquer formas de discriminação deve ser a prioridade do próximo governo. É o que ficou definido na Plenária Nacional da Educação, realizada neste mês de agosto, em Brasília.

Durante o encontro, as entidades que representam cerca de 4 milhões de trabalhadores em educação e estudantes finalizaram manifesto que pauta a educação para os próximos quatro anos, a ser entregue aos presidentes. De acordo com o dirigente do Proifes, professor Gil Vicente Reis de Figueiredo (ADUFSCar Sindicato), que participou dos debates, o texto aponta os desafios, diante das imensas desigualdades historicamente acumuladas no Brasil, como os interesses de setores econômicos dominantes. “Se quisermos garantir que recursos sejam essencialmente direcionados à educação pública, a sociedade civil deve estar atenta e organizada”, afirmou o professor.

Para Gil Vicente, o novo presidente deverá promover uma forte reforma fiscal, se quiser enfrentar os desafios postos pela construção de um sistema educacional cidadão. “Um programa de governo sério e comprometido com a justiça social deverá tratar com clareza da reforma fiscal que é preciso fazer, transferindo para quem detém o grande capital a parte que lhe compete, na tarefa de contribuir efetivamente para a redução progressiva das imensas desigualdades que assolam a nação brasileira”.

Os representantes da categoria discutiram também sobre o Fórum Nacional da Educação (FNE) e a Conferência Nacional de Educação (Conae 2014). Segundo eles, o FNE não pode abrir mão da tarefa de organizar as conferências sobre educação, espaços fundamentais para o efetivo exercício da democracia participativa, no que se refere à área. Além disso, o adiamento unilateral da Conae, anunciado pelo governo sem qualquer possibilidade de debate ou mediação, foi um exemplo de quanto ainda será preciso caminhar para que o FNE tenha independência política.

A análise da proposta de Decreto de Regulamentação do FNE ficou para a próxima reunião, marcada para 16 de outubro, na sede da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

Manifesto: a educação tem que ser compromisso prioritário

As entidades que integram a Plenária Nacional da Educação – representativas de mais de quatro milhões de trabalhadores em educação dos setores público e privado, quase setenta milhões de estudantes secundaristas e universitários, e parcelas significativas dos movimentos sociais e educacionais – defendem o fortalecimento da educação pública, de qualidade, gratuita, laica, democrática, socialmente referenciada e isenta de quaisquer formas de discriminação, a serem ativamente combatidas.

Compreendemos que o estabelecimento da educação como direito de cidadania só se dará por completo por meio de amplo investimento direto na educação pública, capaz de prover os insumos requeridos para a progressiva construção de um novo paradigma educacional que tenha por objetivo maior garantir ao conjunto da população brasileira acesso pleno a uma formação integral e de qualidade, em todos os níveis – da educação infantil à pós-graduação.

Para vencer esse desafio, que demandará anualmente, dentro de uma década, o investimento de 10% do PIB brasileiro, será inevitável enfrentar interesses de setores dominantes na cena política e econômica. A perspectiva de destinação de parte dos recursos provenientes do pré-sal à educação constitui, sem dúvida, um avanço importante, embora tímido frente às possibilidades existentes. Os montantes daí resultantes, contudo, serão absolutamente insuficientes para atingir os valores necessários. Ampliá-los, fortalecendo a capacidade de investimento social do Estado brasileiro, exigirá um duro debate que discuta novas fontes financeiras, tais como as que poderiam advir da definição de um novo marco regulatório para os royalties da exploração mineral, da aprovação de um Projeto de Lei que dê formato à cobrança de impostos sobre grandes fortunas, conforme disposto na Constituição Federal de 1988, ou de impostos sobre a movimentação financeira, em especial a de natureza especulativa, revertendo a realidade atual, em que a maior parte da arrecadação fiscal provém do consumo e incide de forma inaceitável sobre as classes as-

salariadas, crescentemente atingidas pelas políticas tributárias vigentes.

Ao mesmo tempo, é preciso que os recursos da educação sejam direcionados para o setor público, que deve ser o principal responsável pelo cumprimento dos objetivos, diretrizes, metas e estratégias previstas no Plano Nacional de Educação recém aprovado. Nesse âmbito, a disputa não será pequena. O posicionamento do Poder Executivo e do Poder Legislativo, em anos vindouros, será sem dúvida mais do que relevante, diante da enorme pressão que virá por parte daqueles setores – nacionais e transnacionais – que vêm na educação um negócio lucrativo e não um direito de todos.

Esta Plenária Nacional de Educação considera que, a par e para além de uma necessária pauta trabalhista, é preciso também formular propostas estratégicas para a educação e, consequentemente, para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Essa tem que ser uma agenda primordial, em prol da nossa soberania nacional, rumo a um País mais justo e solidário. Nesse contexto, defendemos a estruturação e a regulamentação de um Sistema Nacional de Educação, de gestão democrática e participativa, que abarque os setores público e privado, com ênfase na implantação:

- De significativa expansão de oferta do ensino público, universal e de qualidade, em todos os níveis, de forma a extinguir gradativamente programas emergenciais que impliquem repasses de recursos ao setor privado;
- De diretrizes nacionais de carreira e de planos de cargos e salários que permitam tornar atrativa a profissão de professor, com o cumprimento do Piso Salarial Profissional Nacional da Educação, conforme o inciso VIII do artigo 206 da Constituição;
- De salários dignos, de investimentos em formação inicial e continuada, de políticas de saúde e de condições de trabalho adequadas para todos os trabalhadores da educação, com tratamento igualitário para ativos e aposentados;
- Do Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi), tomado como parâmetro para

o financiamento da educação básica, em todas as etapas e modalidades, calculado com base nos respectivos insumos indispensáveis ao processo de ensino-aprendizagem, sendo progressivamente reajustado até a implementação plena do Custo Aluno Qualidade (CAQ); para isso será essencial o repasse por parte da União, onde houver necessidade, de recursos complementares;

- Da igualdade racial, de gênero e de orientação sexual, incluídas aí diretrizes para os currículos escolares;
 - De uma política nacional de educação do campo, povos e comunidades tradicionais, que respeite e valorize suas especificidades, reduzindo as imensas desigualdades hoje existentes;
 - De mecanismos de controle, de regulação, de credenciamento e de avaliação da educação – função inalienável do Estado.
 - A participação popular e a pressão da sociedade civil organizada são fundamentais para que alcancemos esses objetivos, atendendo a reivindicações que vêm sendo histórica e sistematicamente negadas. Para isso, torna-se necessário:
 - Assegurar autonomia política, orçamentária e organizativa ao Fórum Nacional de Educação e aos fóruns estaduais, municipais e distrital, para que seja levado a cabo de forma independente o acompanhamento contínuo e propositivo da implantação das metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e de todas as correspondentes políticas educacionais;
 - Garantir que o poder público disponibilize, no mínimo anualmente, os dados necessários para tal.
- Assim, neste momento em que diversas candidaturas apresentam-se para a escolha popular nos pleitos que se avizinham, as entidades signatárias deste Manifesto vêm a público defender que a educação seja pauta prioritária dos debates eleitorais e requerer daqueles que disputarão a Presidência da República que se manifestem sobre os compromissos aqui demandados.